

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 11 | edição nº 1 | 2022

***DO INTERNACIONAL AO SUBNACIONAL: UMA
CONTRIBUIÇÃO QUANTO A INSERÇÃO DO NORDESTE
NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.***

*Eliane Superti; Amanda Pereira Arrigo;
Romberg de Sá Gondim; Raquel Gonçalves Dantas*

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

unesp 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

*A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

DO INTERNACIONAL AO SUBNACIONAL: UMA CONTRIBUIÇÃO QUANTO A INSERÇÃO DO NORDESTE NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

FROM THE INTERNATIONAL TO THE SUBNATIONAL: A CONTRIBUTION TO THE INSERTION OF THE NORTHEAST IN THE INTERNATIONALIZATION OF PUBLIC POLICIES.

Eliane Superti¹; Amanda Pereira Arrigo²; Romberg de Sá Gondim³; Raquel Gonçalves Dantas⁴

Resumo: Os estudos sobre difusão internacional de políticas públicas ganharam relevância na literatura internacional especializada desde os anos 1990. Dentre outros motivos, pelo potencial de permitir o reconhecimento dos contornos reais da influência das relações internacionais na produção das políticas locais. Contudo, o debate ainda é incipiente no Brasil. Principalmente quando ajustamos o foco sobre entes subnacionais em regiões periféricas. Este artigo é uma contribuição para o aprofundamento deste debate, com a intenção de apoiar o ajuste de foco. Ele teve por objetivo apresentar os resultados alcançados em um esforço de pesquisa realizado a partir da integração com a extensão e o ensino. A integração se deu por meio do curso de extensão/capacitação em Políticas Públicas e Difusão Internacional, apresentado no artigo, do qual resultou o desenho de investigação e execução do mapeamento das políticas públicas internacionalizadas dos estados do nordeste brasileiro e o diagnóstico do campo na pesquisa brasileira com destaque para a inserção da região. O levantamento do estado da arte das pesquisas sobre difusão, confirmou a incipiência, já identificada por outros autores, e permitiu reconhecer a inserção do Nordeste tanto como objeto quanto como produtor das análises. Com o mapeamento foram identificadas experiências de importação e, também, de exportação de políticas públicas lideradas por diferentes estados

¹ Professora Associada do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora e Mestre em Ciências Sociais (UFSCar). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (doutorado) da UECE. Coordenadora Adjunta do Observatório - Internacionalização Descentralizada em Foco (IDeF). Áreas de interesse: Política Públicas e Relações Internacionais, Integração Regional e Transfronteirização, Governança e Cadeias Globais de Valor. E-mail: esuperti@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2620-1401>

² Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba. Extensionista do IDeF, participa de grupos de estudo sobre difusão de políticas públicas e cenário subnacional brasileiro. Tem interesse pela agenda sustentável e aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito local, nacional e internacional. E-mail: amanda_arrigo@hotmail.com

³ Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba. Extensionista do IDeF, participa do Grupo de Pesquisa sobre Mudança Institucional (PEMI) e tem pesquisa de iniciação científica acerca da inserção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no discurso político brasileiro. Se interessa pela relação entre os níveis internacional, nacional e local, e de como o desenvolvimento sustentável nisto se insere, bem como em assuntos relacionados à cooperação internacional para o desenvolvimento. E-mail: begsagondim@gmail.com

⁴ Estudante de Relações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba. Extensionista do IDeF, participa de grupo de estudos relacionados com Ciência Política, Políticas Públicas e Internacionalização, bolsista de iniciação científica em projeto sobre governança da produção agroextrativista e atuação de comunidades tradicionais. Tem interesse por questões de política, economia e cooperação internacional. E-mail: dantasgraquel@gmail.com

nordestinos, sinalizando a participação regional no cenário internacional de difusão de políticas públicas.

Palavras-chave: Difusão Internacional de Políticas Públicas, Estados do Nordeste, Estado da Arte da Produção Científica, Mapeamento de Políticas Públicas Internacionalizadas.

Abstract: Public policy international diffusion studies have gained relevance in the international specialized literature since the 90s. Among other reasons for the potential to allow the recognition of the real influence that international relations have in the production of local policies. Nevertheless, this debate is still incipient in Brazil. Especially when we adjust the focus to subnational agents in peripheral regions. This article is a contribution to the deepening of the debate along with the intention to support the focus adjustment. It has had the goal to present the results achieved in a research effort conducted by the integration of the extension and the teaching. The integration took place through the training course in Public Policy and International Diffusion, presented in the article, which resulted in the research design and execution of internationalized public policy mapping in the states of the Brazilian northeast and the diagnosis of the field in the Brazilian research with emphasis in the inclusion of the region. It has been made a study of the state of the art in the diffusion research which confirmed the incipience, already identified by other authors, and has led to the recognition of the Northeastern insertion as well as an object as producer of the analysis. With the mapping there were identified import experiences and also exportation of public policies led by different northeast states, signaling the regional participation in the international scenario of public policies diffusion.

Keywords: International Diffusion of Public Policies, Northeastern States, State of the Art of Scientific Production, Internationalized Public Policies Mapping.

I . Introdução

A influência de atores e contexto externos no âmbito das políticas públicas (PP) domésticas tem sido cada vez mais reconhecida pelos analistas (FARIA, 2018). No entanto, o traçado concreto de como essa influência se estabelece é um debate em construção. Os processos de globalização, com seus avanços e recuos políticos, interdependência e cooperação internacional para o desenvolvimento formam o pano de fundo em que governos nacionais, subnacionais, organizações internacionais (OI) e demais agentes incentivam e executam o movimento de troca de experiências, de modelos institucionais e conhecimentos, fazendo com que as PP transbordem as fronteiras dos Estados (CAMPBELL, 2004; GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2013) e se internacionalizem. O estudo desse movimento, conhecido genericamente com *policy diffusion* - difusão de políticas públicas, se configura em um campo relevante para explicar padrões e motivações que levam os governos a emular, a aceitar condicionalidades para implantar políticas e a buscar aprendizados com casos exitosos (GILARDI, 2016; DOLOWITZ; MARSH, 2000; CONSTANTINE; SHANKLAND, 2017). Assim

como, para compreender porque os governos se esforçam por fazer difundir suas próprias políticas (TOWNS, 2012; MENEZES; VIEIRA, 2021).

Apesar da relevância, a discussão sobre os processos de internacionalização de políticas públicas em suas diversas modalidades - transferência, difusão e circulação sendo as mais comuns (COELHO, 2016) - são recentes no Brasil. Segundo Porto de Oliveira e Faria (2017), ela ganhou fôlego a partir de 2011 e ainda é incipiente. Os autores chegam a essas conclusões a partir do levantamento sistemático que realizaram até o ano de 2016 em bases nacionais de indexação de artigos e de teses e dissertações (T&D). A ínfima presença das Relações Internacionais (RI), também, chama atenção neste levantamento. Tanto por ser um debate em que o nível internacional tem grande relevância como pela necessária reflexão sobre as influências de agentes e contextos transnacionais em todo o ciclo das PP. O estágio inicial da discussão ficou ainda mais evidente quando, ao detalhar os resultados encontrados, identificamos que a análise sobre a atuação de entes subnacionais em regiões fora dos grandes centros é praticamente ausente, como será demonstrado na segunda seção deste artigo.

Estas constatações somadas ao interesse em promover o aprofundamento do diálogo entre o campo das PP e das RI na análise de políticas estaduais da região nordeste nos inspirou a organizar ações de pesquisa e extensão, articuladas com estratégia de ensino, para explorar o tema. Este artigo é fruto dessas ações e teve por objetivo apresentar como elas foram executadas e seus resultados consolidados em três principais esforços: Primeiro, o curso de extensão/capacitação em Políticas Públicas e Difusão Internacional organizado por meio do Observatório IDeF. Segundo, a atualização até o ano de 2021 e ampliação do escopo do levantamento sobre o estado da arte do campo de difusão realizado por Porto de Oliveira e Faria (2017). Por último, o mapeamento de políticas públicas implantadas ou em execução lideradas por estados do nordeste brasileiro que passaram por processos de internacionalização.

O artigo está, assim, organizado em três partes além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção apresentamos a estratégia de ensino para a construção coletiva da pesquisa e da extensão no tema. Na segunda, detalhamos o diagnóstico, assim como sua atualização e ampliação, do campo de internacionalização de políticas públicas na pesquisa brasileira. A terceira parte foi destinada a explicarmos a metodologia bola de neve e os resultados do mapeamento organizados a partir de sua aplicação, com a exposição das PP internacionalizadas dos estados do nordeste.

II. Desafio da construção coletiva na integração entre extensão e pesquisa: o Curso de Políticas Públicas e Difusão Internacional

Sendo extensionistas do observatório IDeF, cujo foco é a atuação e cooperação internacional de estados e municípios e seus desdobramentos locais, o questionamento de como se dá a influência de atores e arenas internacionais na construção e implementação de políticas públicas permeava constantemente os debates, mas não estava no centro da discussão. Para dar centralidade ao tema, sem abandonar a compreensão dos meios, estratégias e motivações que levavam os entes subnacionais à ações paradiplomáticas, decidimos aproximar e ajustar nossas lentes conceituais e mecanismos de busca para dar maior relevância às "viagens das políticas públicas" (PORTO DE OLIVEIRA; SARAIVA; SAKAI, 2020) implementando uma nova seção no IDeF.

A intenção inicial era identificar as ações de internacionalização de políticas públicas com o protagonismo do Nordeste, região de ênfase do observatório. Para tanto, era preciso capacitar os extensionistas para o trabalho, estabelecer o diálogo com gestores públicos e privados, debater com especialistas sobre o fenômeno e estabelecer uma metodologia de busca qualificada de dados e informações. Para atender essas necessidades, a estratégia adotada foi elaborar e ofertar o curso de extensão/capacitação - Políticas Públicas e Difusão Internacional - no formato online. E, de forma concomitante e integrada ao curso, desenvolver o processo de preparação e execução da pesquisa. Ou seja, englobamos a extensão e a pesquisa em uma estratégia de ensino. A promoção indissociada do ensino, pesquisa e extensão não é exatamente uma novidade para o ensino universitário, embora sua prática ainda seja um desafio.

A ousadia do curso residia no fato de que seus objetivos educacionais não se limitavam a promover a reflexão e construção um referencial comum de compreensão das PP e seu ciclo com base na literatura especializada e na experiência dos gestores participantes, além de contextualizar e discutir as variáveis e agentes dos processos de difusão de políticas públicas. Mas, em valer-se da vivência dos gestores, da criatividade dos estudantes e da maturação científica de pesquisadores para desenvolver coletivamente, ao longo do curso, a metodologia para o mapeamento das PP e aplicá-la, trazendo seus achados como material de reflexão e debate do próprio curso.

O curso foi gratuito, realizado de junho a outubro de 2021 e contou com uma equipe de coordenação, que também executou a pesquisa, e uma pequena equipe de apoio. Foram disponibilizadas inicialmente 50 vagas. Contudo, a grande procura e a expectativa de evasão considerando a modalidade virtual, nos levou a ampliar para 70 vagas que foram distribuídas entre gestores públicos e privados (30) - vale ressaltar o interesse de gestores de organizações não governamentais (ONG) e a participação de gestores fora da região nordeste - estudantes de graduação

e pós-graduação (30) - de 5 universidades de diferentes regiões do país - e extensionistas do observatório (10). As datas, participação dos convidados, os temas e debates de pesquisa de cada encontro segue detalhado na tabela 1.

Tabela 1 - Programa Executado do Curso Políticas Públicas e Difusão Internacional

Data	Tema	Apresentador	Pesquisa
21/06/2021	Definições sobre Políticas Públicas.	Equipe de coordenação.	Recortes teóricos de delimitação do objeto de análise.
05/07/2021	Ciclo de Políticas Públicas	Equipe de coordenação.	Delimitadores do objeto a ser mapeado.
12/07/2021	Internacionalização de Políticas Públicas e Globalização	Carlos Aurélio Pimenta de Faria (PUC/Minas Gerais)	Apresentação e debate sobre os elementos fundamentais de pesquisa (tema, problema, hipótese e objetivos).
09/08/2021	Organizações Internacionais como difusoras de Políticas Públicas - Relato Caso.	Elia Elisa Cia Alves (UFPB) e Pollyana Dutra (Deputada Estadual)	Revisão dos elementos fundamentais da pesquisa e bases metodológicas para o mapeamento
23/08/2021	Instrumentos de difusão de Políticas Públicas	Denílson Coelho (UnB)	Passos iniciais do mapeamento, o uso da técnica "bola de neve". Estado da arte da pesquisa no campo de difusão de PP no Brasil.
06/09/2021	Difusão de políticas públicas no Brasil	Henrique Zeferino de Menezes (UFPB)	Limites e recortes dos primeiros resultados do mapeamento, revisão e ampliação da metodologia. Estado da arte do campo no Nordeste.
20/09/2021	Governos Locais e a difusão de políticas Públicas	Regina Laisner (UNESP)	Cruzamento do estado da arte do campo de difusão de PP e os resultados do mapeamento. Início das entrevistas
04/10/2021	Relato de experiências de gestores sobre difusão de Políticas Públicas	Francisco Pereira (Secretaria de Relações Internacionais - SP), Fabrizio Rigout (Diretor da Empresa Plan – Eval) e César Augusto Ribeiro (Secretário de Relações Internacionais do Ceará)	Ampliação e atualização do estado da arte do campo de difusão de PP na pesquisa brasileira e no Nordeste e seu cruzamento com os resultados do mapeamento.
18/10/2021	Dinâmica do Mapeamento de difusão de políticas públicas nos estados do nordeste e encerramento	Paschoal T. Carvalho Gonçalves (UFPB) e equipe de coordenação.	Apresentação dos resultados alcançados.

Fonte: Elaboração própria.

O espaçamento das datas dos encontros do curso era necessário para permitir a elaboração e execução do processo da pesquisa, mas, também para atender a agenda dos palestrantes. Cada encontro

durava em média 2 horas, contava com material de apoio para leitura, apresentações e debates que deveriam tratar do tema relacionando-o com a fase da pesquisa. A equipe de coordenação era responsável por direcionar o debate fazendo a relação. Ela funcionava, ainda, como grupo de pesquisa e estudo para aprofundar e ampliar as leituras, formular e operacionalizar os diversos momentos da pesquisa, a partir das discussões. Para além dos encontros, os cursistas eram chamados a participar por meio de respostas por escrito a questões específicas propostas pela equipe de coordenação. Nessa dinâmica intensa foi possível elaborar o recorte teórico da pesquisa. Os debates foram valiosos na construção coletiva dos elementos fundamentais da investigação (tema, problema e objetivos).

Partindo do tema - Protagonismo dos Estados do Nordeste na Internacionalização de Política Públicas - delimitamos que o mapeamento seria sobre as PP dos entes estaduais da região, sem abordar os municípios, considerando os limites de tempo e pessoal. O recorte de PP foi, sucintamente, definido como diretrizes intencionais para o enfrentamento de um problema público que envolve a ação política (SECCHI, 2014). Em seu formato final, a questão orientadora da ação de investigação foi; Quais as políticas públicas lideradas pelos estados do nordeste brasileiro foram internacionalizadas? Complementarmente, os processos contaram com a participação de organizações internacionais? Qual direção dos processos (importação/exportação)? O objetivo geral era mapear as políticas públicas lideradas pelos estados do nordeste que passaram por processo de internacionalização e delimitamos três específicos: identificar a participação de organizações internacionais; compreender, de acordo com a literatura especializada, os mecanismos utilizados nos processos mapeados; e diagnosticar o campo de internacionalização de políticas públicas na pesquisa brasileira, em relação ao nordeste e a inserção de RI neste campo. Este último objetivo foi incluído quando o avanço das discussões no curso e no mapeamento explicitou ausências e limitações significativas na literatura nacional sobre o fenômeno.

A primeira hipótese de pesquisa, que partia da ideia pré-concebida de que o nordeste seria uma região importadora de políticas públicas, com a mediação de OI, recorte temporal bem definido e setorizado, não resistiu ao debate com especialista da área e gestores experientes. Abandonada, partimos para a definição de pressupostos ouvindo gestores e estudantes de pós-graduação com pesquisas sobre o tema. Pressupomos que os estados do nordeste possuiriam PP fruto de importação de experiências internacionais, mas, também políticas exportadas para outros países. Não foram propositalmente estabelecidas amarras de tempo, agentes internacionais e setor, para que a realidade empírica mostrasse quais recortes deveriam ser feitos, não o contrário.

A discussão e abandono da hipótese inicial nos conduziu a à adoção da técnica metodológica da bola de neve para a pesquisa exploratória - que será explicada na segunda parte deste artigo. O mapeamento, valendo-se dessa técnica, apontou um conjunto de ações que a partir dos debates travados

no curso foram filtrados e delimitados de acordo com os recortes teóricos escolhidos, resultando em 5 PP internacionalizadas sob a liderança de 5 diferentes estados do nordeste.

Na medida que o mapeamento avançava em consonância com o aprofundamento das discussões do curso, ficava claro que era necessário uma complementação da pesquisa. Era preciso situar como o campo de investigação de difusão de PP se configurava no nordeste, tanto como palco das investigações como, também, na condição de produtor de reflexões. Ampliando e detalhando o cenário já inicialmente traçado por Porto de Oliveira e Faria (2017), nos desafiamos em produzir o diagnóstico do estado da arte do campo até 2021, nos valendo da mesma sistematização utilizada pelos autores, mas acrescentando termos de busca.

A estratégia de ensino para construção coletiva da pesquisa por meio da extensão mostrou-se muito rica, apesar da intensidade dos trabalhos que exigiu grande dedicação da equipe, dos percalços metodológicos, como inda e vindas típicas da produção da pesquisa, e divergências teóricas. O curso finalizou com 50 cursistas dos 70 matriculados, destes 17 eram gestores e 33 estudantes universitários, dentre estes últimos 05 eram extensionistas do IDeF. Como esperado a evasão foi grande, mas ainda assim o saldo foi considerado positivo. O curso cumpriu seus objetivos e os produtos resultantes de suas atividades estão nas duas seções que seguem.

III. Reconhecimento do Campo de Internacionalização de Políticas Públicas na Pesquisa: o estado da arte.

Para abordar quantitativo de produções de artigos, teses e dissertações (T&D) frutos da pesquisa brasileira sobre o campo de internacionalização de políticas públicas partimos de levantamento já realizado até 2016 por Porto de Oliveira e Faria (2017) e publicado no artigo “*Policy Transfer, Diffusion, and Circulation: Research Traditions and the State of the Discipline in Brazil*”. A sistematização do levantamento seguiu os mesmos parâmetros utilizados pelos autores, com a busca dos termos elencados nas tabelas abaixo (II e III) nas abas de “Busca Básica” da plataforma dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCiELO) e Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ressalta-se a utilização de aspas nos termos para facilitar a busca exata do termo. Ou seja, o uso de aspas possibilita a pesquisa restrita do descritor, pois, sem aspas o termo “*policy transfer*”, por exemplo, se transformaria em dois descritores (“*policy*” e “*transfer*”), apresentando resultados sem vinculação ao fenômeno pesquisado (BARIANI, 2007).

Nossa contribuição residiu em adicionar os termos “internacionalização de políticas (públicas)” e estender o período até 2021. Os termos acrescentados reforçam o envolvimento do plano internacional e de fenômenos internacionais na difusão (FARIA, 2018). Além de atualizar e ampliar o

levantamento, foram observadas as áreas nas quais o crescimento se constatou, bem como a inserção do Nordeste, enquanto objeto e local de produção. Pretendeu-se, ainda, indicar o potencial das RI para o campo, por meio de ferramentas metodológicas (GILARDI; FÜGLISTER, 2008; GILARDI, 2016), para a superação do “nacionalismo metodológico” (FARIA, 2018) e no papel da compreensão da Cooperação Sul-Sul (HOWLETT; RAMESH; SAGUIN, 2018), no qual o Brasil, e o Nordeste estão inseridos de forma relevante.

Assim como nas RI, em que teorias como a realista admitem o estado como agente central no Sistema Internacional (MORGENTHAU, 2003), partes do campo de PP mantém uma visão estadocêntrica, justificada pela soberania e pelas capacidades do estado (SECCHI, 2014), tornando o campo refém da palavra Estado (STONE, 2008). Segundo Faria (2018), as análises de PP no Brasil focam, principalmente, na interação entre atores, instituições, variáveis e fenômenos domésticos. Embora se faça referência ao plano internacional, os contornos concretos de sua influência são tangenciais. Este autolimites, que subestima o vínculo crescente entre os níveis doméstico e internacional, intitula-se de nacionalismo metodológico. Ele provoca ausências na interpretação das próprias políticas domésticas (FARIA, 2018), assim como impõe dificuldades em lidar com fenômenos globais (KAUL, 2013), como a difusão (CAMPBELL, 2004). O movimento de globalização acentua a importância de se reconhecer a influência de atores internacionais para PP em ambos os níveis, bem como elementos e variáveis inter e supranacionais (OBINGER; SCHMITT; STARKE, 2013). A inserção das RI nas análises sobre as PP apresenta-se como uma das formas do campo brasileiro ultrapassar mais um de seus limites (FARIA, 2018). No entanto, como aponta o levantamento, esse processo ainda engatinha na produção científica brasileira.

Na primeira pesquisa produzida por Porto de Oliveira e Faria (2017), os autores identificaram 13 artigos na SCIELO e 48 T&D catalogadas pela CAPES. Apontam que a intensificação da produção acontece a partir de 2011. Na literatura internacional a intensificação se dá desde os anos 1990 (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2013). Os autores constataram que o campo é marcado por divisões terminológicas, nas quais uma diversidade de termos como difusão, transferência, circulação e disseminação, são muitas vezes usados como sinônimos ou hiperônimos. Isso reforça a falta de integração entre autores e entre as diversas áreas do conhecimento que se debruçam sobre o processo de difusão (PORTO DE OLIVEIRA; FARIA, 2017). O resultado evidenciou o estado inicial das produções, a falta de conectividade entre as diversas áreas (COELHO, 2016) e a participação limitada das RI, apesar desta área se fazer presente quando se considera as produções internacionais (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2013).

A atualização permitiu conhecer o crescimento do campo, que apesar de pequeno traz inclusões relevantes. A tabela II apresenta os resultados encontrados no primeiro levantamento e a atualização.

Tabela II- Número de Artigos em Difusão/Internacionalização de Políticas disponíveis na SCiELO Brasil

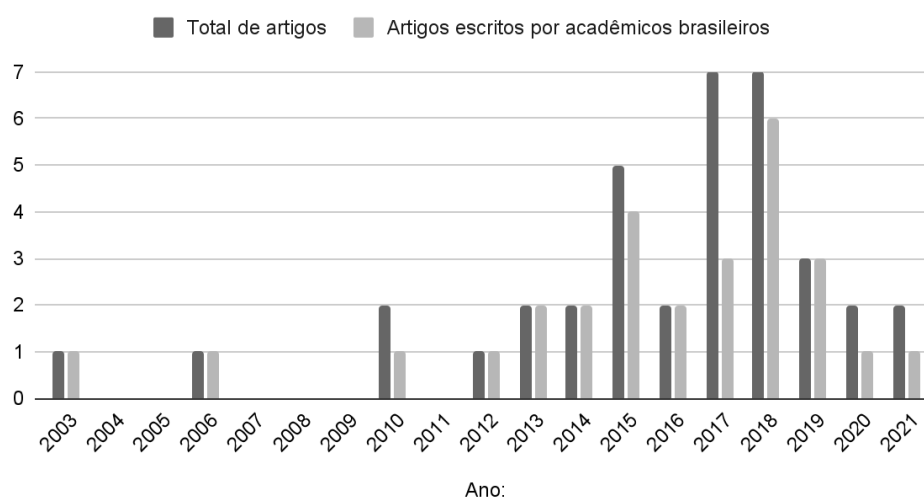
Termos usados em Busca Básica	Nº de Artigos no Levantamento Original (até 2016) (PORTO DE OLIVEIRA, FARIA, 2017)	Nº de Artigos no levantamento atual (até 2021)
“Difusão de Políticas”	3	12
“Difusão de Políticas Públicas”	1	5
"Transferência de Políticas”	6	16
"Transferência de Políticas Públicas”	4	6
“Circulação de Políticas”	0	0
“Circulação de Políticas Públicas”	0	0
“Disseminação de Políticas”	2	5
“Disseminação de Políticas Públicas”	1	0
“Internacionalização de Políticas”	Não levantado	4
“Internacionalização de Políticas Públicas”	Não levantado	0
“Policy Diffusion”	6	13
“Policy Transfer”	9	21
Total	32	82
Total após remoção dos resultados duplicados	13	37

Fonte: Elaboração própria a partir de Porto de Oliveira e Faria (2017) e Base de dados da Scientific Electronic Library Online (SCiELO) <https://www.scielo.br> Acesso em: 27 Set. 2021.

Dos 13 artigos (excluídos os duplicados) encontrados por Porto de Oliveira e Faria, 02 foram publicados por estrangeiros em periódicos brasileiros e 11 foram publicados por pesquisadores brasileiros entre 2011 e 2016. No novo resultado de 37 publicações (excluídos os duplicados), 28 são de autores brasileiros, quase o triplo dos resultados anteriores. A produção se concentrou nas áreas de

Ciências Sociais (ampliando de 4 para 10 publicações), Administração (de 3 para 7 publicações), Ciências da Saúde (de 2 para 8 publicações, superando Administração). O que surpreendeu foi o crescimento de apenas 01 publicação no período no campo de Relações Internacionais e publicado em periódico estrangeiro catalogado na SCiELO. O que reforça a falta de inserção de RI no campo. A adição do termo “internacionalização de políticas” e “internacionalização de políticas públicas” contribuíram para resultados das áreas de Educação (01 publicação em periódico nacional e 01 em periódico estrangeiro) e de Linguística (03 publicações em periódicos nacionais), revelando novamente a separação terminológica entre áreas do conhecimento (PORTO DE OLIVEIRA; FARIA, 2017; FARIA, 2018). O campo de Ciência da Informação continuou com 01 publicação, enquanto Psicologia somou 01 publicação, sendo a única com objeto no Nordeste, especificamente em Salvador, Bahia.

Gráfico I - Total de artigos, Artigos escritos por acadêmicos brasileiros e Artigos escritos por acadêmicos estrangeiros/ publicações em periódicos estrangeiros



Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCiELO)

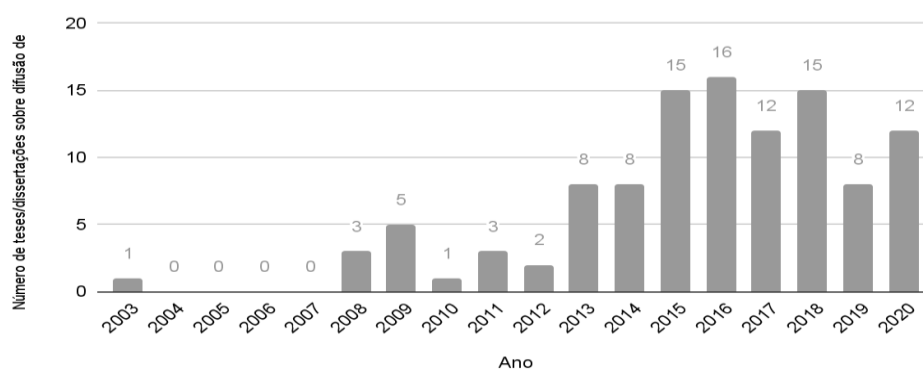
<https://www.scielo.br> Acesso em: 27 Set. 2021.

Por fim, é importante ressaltar que o crescimento das produções na área ocorreu principalmente entre 2017 e 2018, em que sete artigos foram contabilizados a cada ano, em contraposição aos 3 de 2019, sinalizando desaceleração. Já os anos de 2020 e 2021 somaram quatro artigos na base de dados, com ambos os anos possuindo um artigo em periódico nacional e outro escrito por autores não-brasileiros em periódico internacional. É preciso ressaltar que o aumento entre os anos de 2017 e 2018 se concentrou em dossiês específicos nas áreas de Ciências Sociais, entre eles o dossiê da CEBRAP em que Porto de Oliveira e Faria (2017) publicaram a pesquisa inicial aqui referenciada. Nos últimos

cinco anos, a área de Saúde foi a que cresceu de forma mais espreada, com publicações em quatro periódicos distintos.

No levantamento junto ao repositório de teses e dissertações (T&D) da CAPES os resultados apontaram 109 dissertações, distribuídas desde 2003 até 2020, como apresentado no gráfico 02 abaixo. Não foram encontrados resultados para 2021.

Gráfico II - Número de teses e dissertações sobre difusão de políticas por ano



Fonte: Base de dados do Banco de Teses e Dissertações

<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> Acesso em: 27 Set. 2021

Apesar do pequeno número de trabalhos sobre o tema é possível perceber que a intensificação acontece também a partir 2013, como nos artigos da base SCIELO. A atualização apontou, ainda, elementos discrepantes em relação aos resultados encontrados na primeira pesquisa. A tabela III abaixo apresenta os dados até 2016 do levantamento de Porto de Oliveira e Faria(2017) e os encontrados até 2021.

Tabela III - Número de Teses e Dissertações em Difusão/Internacionalização de Políticas disponíveis na Banca de Teses e Dissertações CAPES.

Termos usados em Busca Básica	Nº de Artigos no Levantamento Original (até 2016) (PORTO DE OLIVEIRA, FARIA, 2017)	Nº de Artigos no levantamento atual (até 2021)
“Difusão de Políticas”	23	46
“Difusão de Políticas Públicas”	14	28
“Transferência de Políticas”	11	29

"Transferência de Políticas Públicas"	4	13
"Circulação de Políticas"	0	0
"Circulação de Políticas Públicas"	0	0
"Disseminação de Políticas"	11	15
"Disseminação de Políticas Públicas"	6	8
"Internacionalização de Políticas"	Não levantado	4
"Internacionalização de Políticas Públicas"	Não levantado	2
"Policy Diffusion"	6	21
"Policy Transfer"	13	53
Total	88	219
Total após remoção dos resultados duplicados	48	109

Fonte: Elaboração própria a partir de Porto de Oliveira e Faria (2017) e Base de dados do Banco de Teses e Dissertações <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 27 Set. 2021.

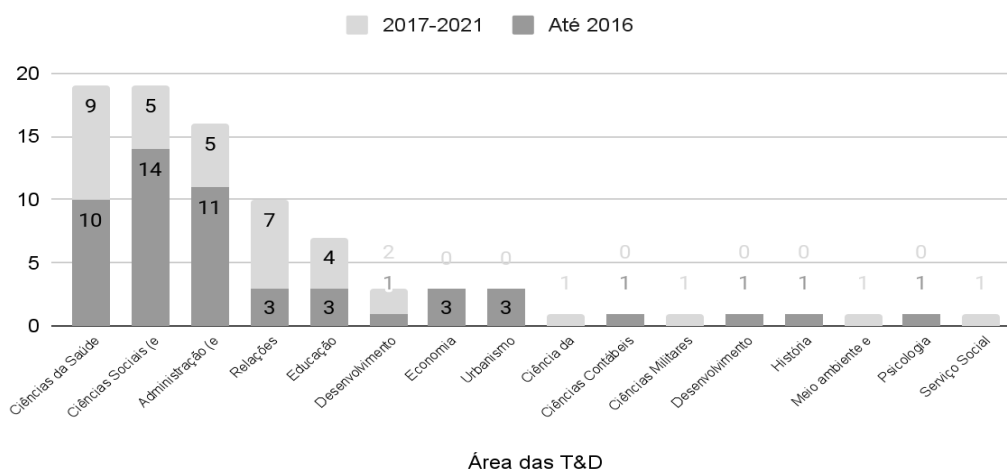
As teses e dissertações identificadas por Porto de Oliveira e Faria (2017) somaram 48 trabalhos, quando excluídos os resultados duplicados. Destes, 38 foram publicados entre 2011 e 2016. A atualização do levantamento nos revelou mais que o dobro de resultados, com 109 T&D, excluídos os duplicados. Contudo, deste resultado da atualização, 62 pesquisas eram anteriores a 2017 e somente 47 publicadas entre 2017 a 2020. Logo, fica evidente uma discrepância entre o levantamento da primeira pesquisa e os resultados encontrados na atualização. Tal discrepância se explica por dois motivos: primeiro, o principal, é a eventual demora das universidades em atualizar seu catálogo junto a Capes. Segundo, a inclusão dos novos termos "internacionalização de políticas" e "internacionalização de políticas públicas" que revelou 4 trabalhos, sendo 3 anteriores a 2017.

A atualização apontou, assim como a busca na plataforma SCiELO, a ausência de resultados para o termo circulação, bem como resultados diminutos para os termos de "disseminação" e "internacionalização", quando comparados com "difusão" e "transferência", indicando maior

influência anglo-saxônica do que da tradição francesa (de circulação) nos termos do campo nas T&D. Este resultado é similar ao encontrado por Porto de Oliveira e Faria (2017).

Quando comparados os resultados por área, Ciência Política soma 21 T&D, em comparação aos 10 trabalhos até 2016, sendo esta a maior área. Ela é seguida pelas Ciências da Saúde que saltou de 10 para 19 resultados. As Ciências Sociais - incluindo programas de Políticas Públicas - foram de 14 para 19. Administração - incluindo gestão urbana - saiu de 11 para 16. Nas Relações Internacionais o crescimento também foi importante, de 03 para 10. Assim como na Educação que foi de 03 para 07. Outras áreas que constavam no primeiro levantamento e não tiveram crescimento ou este foi muito pequeno em termos absolutos, são: Economia (03), Urbanismo (03), História (01), Desenvolvimento Regional (01). Vale ressaltar, ainda, que novas áreas foram encontradas, embora com poucos resultados. São elas: Desenvolvimento Sustentável (cresceu de 01 em 2016 para 03) - o que faz sentido, visto a Agenda 2030 ter início em 2015 - Ciência da Informação (01), Ciências Contábeis (01), Ciências Militares (01), Serviço Social (01), Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (01) e Psicologia (01).

Gráfico III - Número de T&D sobre difusão de políticas por área: Comparação até 2016 e até 2021



Fonte: Elaboração própria a partir da Base de dados do Banco de Teses e Dissertações

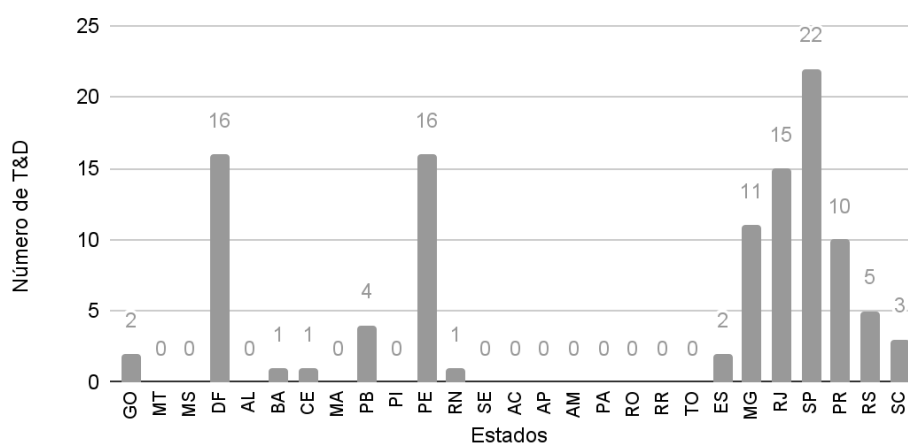
<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> Acesso em: 27 Set. 2021.

A inclusão de novas áreas representa um aspecto positivo para o campo e seria ainda mais importante se revelassem a comunicação entre as áreas, seus conhecimentos, conceitos e métodos (GHAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2013), o que não foi possível constatar nos limites da atualização realizada. Adicionar os termos “internacionalização de políticas” e “internacionalização de políticas públicas” permitiu somar resultados para Educação e para Relações Internacionais. O crescimento

desta última área, apesar de pequeno, pode representar uma resposta, ainda que tímida, ao nacionalismo metodológico, na consideração de influências internacionais como variáveis sobre processos domésticos (PORTO DE OLIVEIRA; FARIA, 2017). Isso ganha ainda mais força quando se percebe que 11 T&D exploraram a cooperação internacional, sendo 03 de programas de Relações Internacionais e as outras 08 divididas em áreas como Ciências Sociais, Política, Administração e Desenvolvimento. Ademais, o crescimento da área de saúde também trouxe um aspecto interessante, com 13 dos 19 resultados sendo vinculados ao estudo do campo de tuberculose.

Com relação ao Nordeste enquanto realidade estudada, apenas 08 produções, dos 109 resultados da atualização, mencionam os estados (Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte) ou municípios (Recife, João Pessoa, Salvador). Todas as 08 T&D eram de programas de pós-graduação de universidades da região. Quatro são de Ciências da Saúde, uma de Psicologia (da qual derivou o único artigo na SCiELO), uma de Serviço Social, uma de Administração e uma de Urbanismo.

Gráfico IV. Distribuição das T&D sobre difusão de políticas por estado brasileiro (incluindo o DF)



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto de Oliveira e Faria (2017) e Base de dados do Banco de Teses e Dissertações <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 27 Set. 2021.

Quando observado a produção de T&D a partir de programas de pós-graduação (PPG) situados no nordeste o número sobe para 23, com um predomínio de PPG de Pernambuco (16, ou seja quase 70% dos resultados), e, muito atrás, da Paraíba (4 resultados). Alagoas, Maranhão, Piauí e Sergipe não constam. Os PPG do estado de São Paulo somam 22 resultados (15 apenas da Universidade de São Paulo), quase o mesmo número que os nove estados do nordeste. Considerando a região sudeste, foram contabilizados 50 T&D sobre difusão de políticas. Ainda assim, a produção nordestina supera a da Região Sul e a do Centro-Oeste, ambas com 18 T&D cada - destaque para a concentração das

produções da Universidade de Brasília que soma 16 trabalhos. Não foram encontrados resultados para a Região Norte. Assim, São Paulo (22) concentra a maior produção, Pernambuco (16) e o Distrito Federal (16) empatam e são seguidos pelo Rio de Janeiro (15), Minas Gerais (11) e Paraná (10).

A atualização da produção de T&D no campo permitiu evidenciar que; primeiro, os últimos cinco anos testemunhou um crescimento, apesar tímido, do campo de internacionalização de PP, no qual as RI tem se inserido com alguma velocidade, mas ainda não suficiente para que se possa sinalizar sua efetiva inclusão no campo. Segundo, o enfoque internacional em outras áreas, que têm abordado temas como a cooperação Sul-Sul (com 05 resultados), América Latina (08) e África (06) nas T&D, podem apresentar um rumo positivo para a ampliação da discussão internacional no campo. A dedicação de análise sobre estes fenômenos, importam para a construção de conceitos, metodologias e abordagens que os compreendam, principalmente dentro de um campo no qual “a grande maioria dos estudos foi produzida por autores de instituições do norte que investigam a difusão de políticas dentro desses países ou deles para os estados do sul” (PORTO DE OLIVEIRA; FARIA, 2017, p.30, tradução nossa).

Por último, constata-se a concentração da produção do campo no Sul-Sudeste (62% das T&D). Apesar da região Nordeste representar a segunda maior produtora (21%) dos trabalhos nas pós-graduações, esta se concentra em Pernambuco. Das 8 T&D que trazem o Nordeste como realidade para processos de difusão, 01 foi publicada antes de 2011, três entre 2011 e 2016 e quatro entre 2017 e 2020, revelando o predomínio da última década, bem como a falta de crescimento substantivo entre os períodos. Ambos os parâmetros, produção sobre o Nordeste e produção nos PPG do Nordeste, reforçam a importância de pesquisar o processo da internacionalização de políticas na região. Comentário também válido para a região Norte que não teve trabalho sobre o tema. Deste modo, amplificar o estudo da realidade subnacional nordestina no campo difusão de políticas públicas se revela importante não somente pelas suas diferenças geográficas físicas e sociais, mas como uma necessidade para o aprofundamento do campo brasileiro da internacionalização de PP.

IV. Identificação da internacionalização de Políticas Públicas no Nordeste: aplicação da técnica Bola de Neve

Para contribuir com o aprofundamento do campo e tendo por referência a realidade do Nordeste, produzimos o mapeamento sobre as experiências dos 09 estados da região. Optamos inicialmente pela adaptação da técnica conhecida como Bola de Neve. Essa estratégia metodológica se diferencia dos demais métodos de coleta de dados na formação da amostra, que é construída ao longo do processo e não de forma prévia (COSTA, 2018). Essa forma de construir a amostra ia ao

encontro das discussões no âmbito do curso que apontavam a necessidade de reconhecimento da realidade empírica sem definir previamente delimitadores específicos do objeto.

Assim, a escolha foi em razão deste método ser utilizado, com maior frequência, em amostras não probabilística em estudos de natureza qualitativa (COSTA, 2018) e para atingir, normalmente, três objetivos: “desejo de melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases subsequentes” (VINUTO, 2014, p 205). A fase da pesquisa exploratória buscou atingir os dois primeiros objetivos, dessa forma, a lógica do método bola de neve mostrou-se adequada. Com essa técnica buscamos identificar os fenômenos, objetos da pesquisa em si, por meio de notícias, entrevistas e reportagens dos entes públicos estaduais.

Para recortar com mais nitidez os objetos/fenômenos que deveriam ser mapeados, foi criado um quadro resumo com as definições conceituais construídas a partir da literatura especializada e do curso de extensão em diálogo com os pesquisadores e gestores participantes. Esse quadro resultou na elaboração de tabela com as características mínimas que precisavam ser identificadas na busca inicial, foram elas: tratar-se de políticas públicas (diretriz intencional, problema público, ação política), lideradas (tomada de decisão e implantação) pelos estados do nordeste, estar em execução ou já implantadas, declaração expressa dos gestores de que as PP passaram por ou eram fruto de processos de internacionalização (importação, exportação ou circulação) e o envolvimento de atores internacionais (organizações internacionais, governos nacionais ou subnacionais de outros países, agências de cooperação, dentre outros).

De início, as primeiras pesquisas foram realizadas pela plataforma de busca do “google”, ferramenta de busca acessível, mas bastante imprecisa. Os pesquisadores extensionistas dividiram entre si os 09 estados do nordeste e cada um ficou responsável por três. Todos utilizaram como termos de busca palavras-chave previamente delimitadas e relacionadas a políticas públicas, foram eles: Disseminação, Cooperação, Cooperação para o Desenvolvimento, Internacionalização, Transferência, Difusão, Circulação Internacional, Parcerias, Transnacionalização, Relações Internacionais, Embaixada, ONU e Assuntos Internacionais, somados os nomes dos estados nordestinos.

À medida que os resultados apareciam era possível observar uma sequência cumulativa - também por meio de *hyperlinks* e de novos termos de busca - em que uma notícia ligava a outra, formando uma cadeia de vinculações crescente ou “bola de neve” e que conduzia a outros sites com informações, documentos e notícias. Importante ressaltar que as palavras-chave não formaram uma lista inicial exaustiva. Ou seja, na medida em que resultados eram encontrados, novos termos usados eram incorporados à tabela, assim como outros sites eram explorados como plataformas de pesquisa.

Por exemplo, o de instituições estaduais e nacionais e de agentes internacionais - como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) - ou dos sites dos governos estaduais, suas secretarias ou blogs. Da mesma forma, na medida em que uma política pública internacionalizada se evidenciava, termos relacionados a esta política se tornavam palavras-chave, bem como os atores envolvidos nela (por exemplo, além da ONU, a pesquisa passou a envolver FAO, UNICEF, OIT). Esse levantamento foi realizado entre os meses de agosto a outubro de 2021 e finalizado quando as buscas não levavam a resultados novos ou seja, mesmo com a incorporação de novos termos, se chegava aos mesmos fenômenos já identificados, permitindo concluir que havíamos atingido o ponto de saturação da técnica de busca.

Os resultados encontrados pelo emprego da bola de neve com o recorte indicado foram: 05 políticas públicas estaduais internacionalizadas de estados diferentes, sendo eles Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Nos estados de Maranhão, Piauí, Sergipe e Alagoas não foram identificadas, pela metodologia empregada, PP internacionalizadas. Vale ressaltar que nestes mesmos estados também não foram identificadas produção de T&D nos PPG ou sobre suas realidades no levantamento apresentado na primeira seção.

Das 05 políticas mapeadas, o processo de internacionalização de 04 delas foi marcado pela participação de uma ou mais organizações internacionais (Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Banco Mundial (BM)). Os temas são diversos e envolvem setores como saneamento básico, segurança pública, cultura e economia criativa, cadeia produtiva agrícola e gestão pública. Quanto a direção da internacionalização: duas são exportações, outras duas são importações e outra pode ser vista como uma importação com aprendizado local e regional.

Constatou-se, também, que em pelo menos três políticas mapeadas houve a participação de agências federais e não ocorreu participação de Organizações Não-Governamentais ou *think tanks*. Por último, é importante destacar que o período em que as internacionalizações ocorreram vai de 2007 a 2018. Apenas uma das políticas públicas mapeadas (a do Rio Grande do Norte) foi abordada por dissertação de mestrado identificada no levantamento sobre produção científica.

As Políticas Públicas Mapeadas

Uma vez identificadas as experiências de políticas públicas internacionalizadas dos estados do nordeste, debruçamo-nos na melhor compreensão de cada caso. Primeiro filtramos e organizamos o material encontrado, por meio do software “*Notion*”, que permite uma sistematização mais

personalizada do material e das informações coletadas. Na primeira organização foram considerados os critérios: setor, data de implementação, agentes governamentais responsáveis, características da PP, processo de internacionalização, agentes internacionais, resultados, estágio atual. E, depois, com a leitura de material - que envolveu notícias dos sites públicos, vídeos oficiais, relatórios de gestão, *folders*, apresentações em *slides* elaboradas e disponibilizadas por órgãos dos governos estaduais e depoimentos de participantes - essa sistematização foi ampliada de acordo com as especificidades de cada caso.

Com a sistematização foi possível descrever cada política e fases do processo de internacionalização, bem como identificar gestores que participaram de diversos momentos do ciclo das políticas públicas mapeadas e, assim, iniciar a fase seguinte da investigação: as entrevistas (ainda não finalizadas). As entrevistas executadas até o momento e as informações reunidas nos permitem apresentar os casos e indicar, inicialmente, aspectos do processo e internacionalização relacionando-os a literatura especializada.

Pernambuco

O estado de Pernambuco implantou, em 2018, uma política pública já consolidada no Japão, o modelo Koban de policiamento japonês. Esse modelo visa atuar na prevenção de crimes violentos contra o patrimônio por meio da descentralização das unidades de policiamento e aumento da proximidade da comunidade com os policiais. O processo foi viabilizado por meio do acordo de cooperação técnica entre a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), a Secretaria Nacional de Segurança Pública e, inicialmente, a Polícia Militar de São Paulo. Em 2008, São Paulo foi escolhido para ser o primeiro estado a implementar esse modelo de policiamento no Brasil.

Em razão dos resultados obtidos com a experiência em São Paulo, outros estados brasileiros procuraram apreender sobre esse modelo. Pernambuco foi um deles e, em 2018, passou por um processo de adoção do sistema Koban na cidade de Boa Viagem, por meio do projeto “Nossa Presença, Sua Segurança”. Para que o padrão japonês fosse adotado em Pernambuco, a JICA enviou representantes ao Recife, que colaboraram com a formação dos policiais, e também recebeu policiais da Polícia Militar de Pernambuco no Japão para conhecerem de perto o sistema nipônico.

Após a implementação, entre 13 de agosto e 12 de setembro de 2018, foram registradas 25 ocorrências de crimes contra o patrimônio, o que representa uma queda de 66% em relação aos números notificados no mesmo período de 2017 (74 ocorrências), segundo dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco. (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2018). Após a experiência de Boa Viagem, o governo do Estado decidiu implantar em outras cidades, iniciando um

processo de interiorização da Política Pública no município de Paulista e em Caruaru. O secretário de defesa social, Antônio de Pádua, comentou, em 10 de outubro de 2018: “É importante ressaltar que todo o Estado de Pernambuco, principalmente a capital, consolidou uma tendência de redução dos casos de crimes contra o patrimônio e também nos homicídios”, parte dessa redução é atribuída a adoção desta política pública.

Buscando os elementos na literatura do campo de internacionalização de políticas públicas para entender qual foi o tipo de aprendizado do governo pernambucano com a política pública em questão, entendemos que se tratou de um caso de importação (Japão - Brasil) com aprendizado local (São Paulo) e difusão nacional (São Paulo - Pernambuco) de acordo com o trabalho de Richard Rose (1991). Para Porto de Oliveira (2020, p 20) a difusão acontece quando ocorre “um conjunto de adoções, mais ou menos simultâneas, de uma política pública” ou seja quando a adoção da PP não é localizada mas distribuída por diferentes adotantes. Já, o instrumento utilizado para a implementação foi a emulação, “adoção, com adaptações em diferentes circunstâncias, de um programa já em funcionamento em outra jurisdição” (FARIA, 2018, p 37), pois adaptações foram feitas tanto em SP como em Pernambuco para que o sistema de policiamento japonês tivesse efetividade no âmbito nacional.

Paraíba

Em 2015, a extinta Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PB), atual Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária (Empaer-PB), ligada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap), criou o Projeto Algodão Paraíba. Em entrevista, o Diretor de Assistência Técnica, Jefferson Morais salientou que o projeto surgiu de “uma necessidade e de uma demanda empresarial” de algodão (MORAIS, 2021). A Política consiste em incentivar a produção do algodão ecológico, em consórcio com culturas alimentares, por agricultores familiares. O projeto garante doação de semente do algodão ecológico, assistência técnica especializada e contínua e mercado para a venda por empresas parceiras do projeto, como a Embrapa Algodão, a Norfil S/A Indústria Têxtil e da Cooperativa de Produção Têxtil Afins do Algodão (Coopnatural).

A política vincula o protagonismo do agricultor familiar na cadeia de produção do algodão, dominada pelo agronegócio de capital intensivo. Produz a redução dos custos e aumento da produção de forma sustentável por meio do fornecimento de sementes orgânicas, assistência rural e da garantia de mercado com “preço justo” (EMPAER-PB, 2019). Ao mesmo tempo, busca reduzir a vulnerabilidade da agricultura familiar paraibana às oscilações de preço do mercado (MORAIS, 2021).

A PP paraibana foi internacionalizada a partir de dois projetos de cooperação trilateral Sul-Sul. O primeiro, o +Algodão, iniciado em 2013, envolvendo o Governo brasileiro, representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC); a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e mais sete países parceiros - Argentina, Bolívia, Equador, Colômbia, Haiti, Paraguai e Peru. O segundo, é o Projeto Algodão com Trabalho Decente envolvendo o Governo brasileiro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e países produtores de algodão na América Latina e na África. Observa-se, portanto, a presença da cooperação formal, nos acordos trilaterais, como mecanismo de difusão de políticas (PORTO DE OLIVEIRA, SARAIVA; SAKAI 2020).

O +Algodão teve início em 2013, antes da PP paraibana, que iniciou em 2015, e a cooperação se estabeleceu primeiro com a Emater-MG. A cooperação da Empaer-PB ocorre com a saída da empresa mineira, como Jefferson Morais esclarece:

“...[Como o modelo do estado de Minas Gerais se aproximava mais do agronegócio, e não era bem isso que os países [latino-americanos] estavam desejando, por ser uma realidade totalmente longe da deles, e como tínhamos já um projeto iniciado aqui no estado da Paraíba [...] trabalhando com agricultores familiares com um vínculo mais social então a Asbraer (Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural) indicou a Emater-PB, e demos continuidade ao projeto” (MORAIS, 2021).

A internacionalização da política paraibana foi, assim, favorecida pela semelhança da agricultura familiar com os minifúndios comuns à parte da realidade latinoamericana. Em abril de 2019, resultados da política foram apresentados pela EMPAER na capital paraguaia de Assunção (EMPAER-PB, 2019a). As metodologias de ATER foram apresentadas para representantes de cooperativas de produtores, comerciantes, membros de organizações da sociedade civil, representantes de governos, de empresas públicas e de agências internacionais (EMPAER-PB, 2019a). Outra viagem, em junho do mesmo ano, a Empaer-PB compartilhou tecnologias de produção de algodão com Colômbia e Bolívia (GOVERNO DA PARAÍBA, 2019). Em setembro, a Paraíba recebeu delegações com técnicos e representantes da FAO, OIT, Colômbia, Mali e Moçambique para conhecer o associativismo da política, o modelo de produção com pequenos produtores e as inovações tecnológicas (OIT, 2019).

Nesta visita de setembro de 2019, as práticas paraibanas também foram evidenciadas como compatíveis por representantes do Mali e de Moçambique. Como o cultivo foi viabilizado apesar das hostilidades do semiárido, a experiência foi entendida como tendo potencial de reduzir o êxodo rural nesses países (EMPAER-PB, 2019b). A OIT (2019) apontou o cultivo do algodão no modelo paraibano

melhor adequado à situação socioeconômica dos países do Sul-Global, mesmo aqueles que já tem uma cadeia produtiva tradicional, como é o caso dos países africanos (EMPAER-PB, 2019b).

Quanto aos resultados da internacionalização, o levantamento inicial foi insuficiente, sendo a entrevista com o Diretor de Assistência Técnica mais elucidativa. O diretor enfocou os casos colombiano e boliviano, países que receberam tecnologias de ATER em 2019. Na Colômbia, a implementação do modelo paraibano voltado à transição agroecológica modificou a realidade de monocultura, e reduziu a vulnerabilidade econômica e social dos produtores, com as metodologias “diminuindo o número de aplicações [de protetivos agrícolas], reduzido de 35 aplicações para apenas 8 ou 9 aplicações, diminuindo o custo de produção deles em quase 60%” (MORAIS, 2021). Já na Bolívia, o projeto colaborou com a redução do problema de falta de insumos como sementes, além da implementação das tecnologias. As trocas estabelecidas via a cooperação levaram o governo boliviano a articular a certificação orgânica da produção, o que foi feito a partir do conhecimento da equivalente brasileira (MORAIS, 2021).

No entanto, estes resultados não ocorreram a partir da exata replicação das práticas paraibanas, muito menos sem desafios. Jefferson frisou que, apesar da semelhança no modelo de produção entre a Paraíba e a produção em minifúndios em países latino-americanos, fatores sociais e físicos podem alterar os efeitos das metodologias e técnicas. A implementação da política se dá “nestes países, é claro, adequando dentro da sua realidade” (MORAIS, 2021). Apontando a presença do mecanismo de tradução dos instrumentos da política ao contexto local (PORTO DE OLIVEIRA, SARAIVA; SAKAI 2020).

Como desafios ao longo da internacionalização, foi ressaltado a falta de experiência da Empaer-PB com o processo, a barreira linguística, a ambientação com a realidade político-fundiária de outros países (MORAIS, 2021). Além disso, a partir de 2020, a pandemia do COVID-19 levou a uma etapa em que a participação da Empaer-PB nas reuniões do +Algodão ocorreu de forma virtual, representando outro desafio (MORAIS, 2021), e ressaltando a importância da observação técnica para a implementação coerente de PP.

Para internacionalização do modelo do Algodão Paraíba foi importante, também, o papel das OI na conjuntura da difusão de políticas. Segundo Jefferson Moraes, o contato com a FAO e a ABC foi fundamental para a exportação da política, com o “estabelecimento de uma interlocução próxima” com outros países (MORAIS, 2021), ressaltando o papel das OI enquanto fórum de difusão das PP (FARIA, 2018). Além disso, o envolvimento da FAO trouxe uma “responsabilidade internacional, porque essas organizações internacionais querem saber como o projeto está”, ressaltou o Diretor de

Assistência Técnica, implicando em cobranças sobre os rumos da política não apenas de quem as importa, mas de quem as exporta como forma de acompanhar resultados e novidades.

Compreende-se, portanto, que a internacionalização do modelo do Algodão Paraíba se apresenta enquanto um processo de difusão. Pois, trata-se de uma política vigente inicialmente na Paraíba e adequada para adoção em diferentes contextos (PORTO DE OLIVEIRA, SARAIVA; SAKAI, 2020) por meio da emulação, inclusive com o compartilhamento direto de tecnologia e envolvimento direto dos técnicos inovadores paraibanos (EMPAER, 2019).

Ceará

Outro caso de exportação de PP identificado ocorreu entre o Ceará e o governo da Etiópia. Ainda em 2013, uma comitiva da Etiópia, em visita oficial, conheceu o Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar) e o sistema de esgoto condominial urbano do estado cearense. Foram também apresentados mecanismos de regulação e fiscalização destes serviços pela Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE). A partir de 2014, viagens etíopes ao Brasil e brasileiras à Etiópia buscaram soluções conjuntas a partir de avaliações e visitas de campo (ABC, 2018).

A cooperação entre os países se formalizou em 2016 por meio de projeto de cooperação trilateral firmado entre o governo brasileiro, o governo etíope e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O objetivo era fortalecer o saneamento básico - urbano e rural - e o acesso à água na Etiópia (FUNASA, 2018). A cooperação se apresentou, então, como mecanismo para a internacionalização, prevendo e delimitando funções e objetivos entre os atores. Além dos governos nacionais e do UNICEF, fizeram parte do acordo a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e o governo do Ceará, representado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e pela ARCE.

De forma similar ao caso paraibano, a escolha do Ceará se deu pela similaridade física com ambiente etíope, além da qualidade dos serviços e inovações prestados pela Cagece, e pela qualidade da regulação da ARCE (FUNASA, 2018). As políticas exportadas envolveram os modelos de esgoto condominial e o modelo Sisar. Este último constitui um modelo de planejamento e gerenciamento do saneamento rural e acesso à água, em que a própria comunidade rural, com o suporte técnico, administra seu próprio sistema de forma autossustentável e sem desperdício. Esta política atinge atualmente mais de 800 mil pessoas (SISAR, 2021).

Hélder Cortez, atual Diretor de Negócios do Interior da CAGECE, em entrevista, definiu a lógica do modelo Sisar da seguinte forma:

“Você tem que ter a comunidade desde o pensar do projeto. Não existe, no modelo de gestão do Sisar, engenharia separada do social. O SISAR é autogerido pelas associações. É autossustentável, a comunidade paga, é [...] o resgate da cidadania: o empoderamento da comunidade, a participação social está aí” (CORTEZ, 2021)

Ressalta-se, portanto, a participação social no planejamento e na gestão rural do saneamento básico e acesso à água. Foi a partir de 1996, com o Sisar, que se criou “a estrutura da nossa empresa para dar atenção ao rural” (CORTEZ, 2021). Já o modelo de esgoto condominial é um sistema de esgoto de baixo custo, com enfoque na gerência comunitária no planejamento, gerenciamento e manutenção (UNICEF, 2018), implicando em menores custos para a população atingida.

Em 2016, o município de Wukro, na região etíope de Tigray, foi escolhido como área para o projeto piloto do sistema de esgoto condominial (FUNASA, 2018). O modelo, utilizado tipicamente para casas, foi adaptado para um condomínio vertical (ABC, 2018). Na entrevista, Cortez indica que, apesar de lideranças locais e governamentais etíopes reconhecerem a importância do modelo, os resultados não foram positivos (CORTEZ, 2021).

Além das estratégias do modelo Sisar e da adaptação do modelo de esgoto condominial, a cooperação envolveu também, transferência de conhecimento sobre regulação sanitária e de acesso à água. Assim, o processo se deu na forma de transferência do Brasil para a Etiópia.

Segundo Porto de Oliveira (2020, p. 20) essa forma de internacionalização se dá quando acontece “ (...) um deslocamento pontual de uma política pública de um lugar para outro, de A para B. A política tem origem em um governo, organização não governamental ou organismo internacional e se desloca para outro ator de natureza semelhante ou distinta”. A transferência se deu por meio da emulação, tendo em vista a adaptação realizada e a transmissão de conhecimentos que foram convertidos em PP nacional.

Mesmo com o insucesso, pontos positivos foram destacados pela UNICEF (2018); o aprendizado de técnicas de saneamento que contribuíram para os sistemas de esgoto e abastecimento d’água em acampamentos de refugiados; e o transbordamento do processo para Angola. Segundo Helder, “Angola se aconselhou com a Etiópia, com a Unicef, e do mesmo jeito, queriam esgoto condominial. Eles viram a possibilidade de emprego e renda com o esgoto condominial. Esse processo da Angola está começando agora” (CORTEZ, 2021).

Bahia

O Projeto Neojibá (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis na Bahia) é uma política pública de economia criativa do estado da Bahia. Ela foi implantada pela SECULT (Secretaria da Cultura) em 2007 com financiamento do governo do estado. O Projeto foi inspirado em uma política semelhante existente na Venezuela, o Fesnojiv, *El sistema nacional de las orquestras juveniles de Venezuela*, uma das principais PP da Venezuela. O projeto venezuelano foi apontado pelo PNUD (2015) como uma referência, sendo uma junção de assistência social e cultura.

Ambos os projetos, da Bahia e da Venezuela, visam oferecer meios criativos para a diminuição da pobreza e inclusão de crianças e jovens através da arte. Segundo Freitas (2012) a formulação de políticas públicas baseadas na indústria criativa aumentou ao longo dos anos e no estado baiano tem sido uma ferramenta bastante utilizada visando desenvolver e diminuir os índices de pobreza a partir dela.

Tendo sido criado inicialmente pela SECULT, o projeto foi incorporado à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES) e apoiado por diversos órgãos e secretarias do Estado da Bahia. A captação de recursos e financiamento do projeto é feito pelo do Fundo de Combate à Pobreza do Governo do Estado da Bahia e pela Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). O programa conta, também, com a cooperação técnica internacional do PNUD, que oferece expertise técnica e processos licitatórios para a aquisição de equipamentos de instrumentos musicais. O PNUD possuía conhecimento acerca da vivência na Venezuela, o que permitiu a contribuição para o desenvolvimento do NEOJIBA (PNUD, 2014b).

Tendo em vista que o projeto é fruto da cooperação técnica entre o Estado da Bahia e o Fesnojiv, na Venezuela, podemos remeter a duas questões importantes nas Políticas Públicas. Primeiro, apesar das diferentes definições, a difusão internacional de políticas públicas, para Dobbin, Simmons e Garrett (2008, p. 7) "ocorre quando decisões políticas de um governo em um determinado país são sistematicamente condicionadas por escolhas previamente realizadas em outros países (por vezes mediadas pelo comportamento de organizações internacionais ou atores privados e organizações). No caso do projeto Neojibá, houve um processo de transferência com adaptações da política pública da Venezuela para a Bahia, através da cooperação não só com a participação do Governo do Estado, mas também de OI. Segundo o instrumento utilizado foi a emulação, tendo em vista a adaptação de um projeto já existente em outro país ao contexto baiano.

Como afirma Porto de Oliveira (2020), a internacionalização pode se dar de forma mediada ou não e no caso em análise, há fortes indicativos de que a mediação do PNUD foi elemento importante. A agência da ONU, foi responsável por grande parte de apoio financeiro e operacional. Se

comprometeu, também, em contribuir com a aquisição de instrumentos musicais com valor reduzido em 50%, além de auxiliar o projeto a aumentar suas ações, principalmente nos bairros, de forma a prevenir a violência e orientar a juventude (ONU, 2015).

Rio Grande do Norte

Por fim, o último caso do mapeamento foi no Rio Grande do Norte (RN). Este caso foi o único abordado em dissertação dentre todos os mapeados. Ele se diferencia dos demais pela característica de contratação de empréstimo de organismo internacional e pelo recorte da PP cuja diretriz intencional é estruturante (nível estratégico) e se desdobra em sub diretrizes de nível intermediário e operacional enquanto nos demais casos as diretrizes estavam contidas em projetos e planos vinculados de forma mais direta a operacionalização. O problema público no caso do RN também é composto e multisetorial. Vale ressaltar, ainda, que pesquisadores durante o curso apontaram que casos de empréstimo com condicionalidades são comuns e sua caracterização como internacionalização de PP deve ser observada com cuidado. Mesmo com esta observação decidimos mantê-lo, ao menos inicialmente, uma vez que entendemos que se adequa ao recorte definido na pesquisa.

Trata-se do antigo projeto “RN Sustentável” que, a partir de 2017, passou a ser chamado de “Governo Cidadão” (AGORA RN, 2017). Essa política pública surgiu como uma resposta à finalização do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) do Rio Grande do Norte e foi articulada pelo governo do estado juntamente com a Assembleia Legislativa e orientada e financiada pelo Banco Mundial (BM). Em 2013, o BM aprovou o Manual Operativo do projeto, o que viabilizou o financiamento (MANUAL OPERATIVO, 2017, p 2). O envolvimento do legislativo estadual foi necessário dado as exigências legais para viabilizar o empréstimo. A PP propunha o desenvolvimento regional sustentável, valendo-se de estratégias para o fomento à segurança alimentar, acesso à infraestrutura produtiva, garantia de mercados para a agricultura familiar e a melhoria dos serviços públicos por meio da abordagem baseada em resultados, (MANUAL OPERATIVO, 2017) Os projetos que se desdobravam da macrodiretriz tratavam de investimentos estratégicos, medidas de fortalecimento da governança local e ações em inclusão produtiva, social e ambiental (PONTES, 2018). Além da atuação multissetorial, a PP abrangeu todos os 10 territórios do estado e, na questão gerencial e de pessoal, envolveu diversas secretarias e departamentos estaduais.

O BM teve grande influência na implantação e no desenho da PP. Essa organização é de grande complexidade e atua desde 1946 no financiamento de projetos, programas e assistência técnica ao setor público. O BM age “de maneira prescritiva a respeito do que os governos devem fazer em matéria de políticas públicas de desenvolvimento” (PEREIRA, 2014, p 78) através de condicionalidades para

garantir acesso aos recursos. O que sugere um processo de adaptação coercitiva às normas do Banco Mundial. Principalmente nas medidas de ajuste fiscal empreendido para obtenção do empréstimo, e adequação dos processos e da equipe para execução do projeto (PONTES, 2018).

Para além da adaptação, Bárbara Pontes (2018) identificou, também, o processo de aprendizado. Este último ocorre quando os agentes se adaptam às mudanças políticas, têm suas crenças modificadas sobre as causas e efeitos (DOBBIN; SIMMONS; GARRETT, 2007). De acordo com Pontes (2018), no caso em questão, foi observado que as próprias equipes do projeto perceberam a necessidade de modernização dos processos administrativos, buscaram se apropriar de novos conhecimentos e experiências de outros estados (Bahia, Ceará e Pernambuco na questão rural) e de governos anteriores do próprio RN (PONTES, 2018), o que encaixa como aprendizado, na visão da pesquisadora.

Ainda segundo a dissertação de Pontes (2018), apesar de seu trabalho não ter a intenção de produzir uma análise avaliativa do projeto, foi possível identificar por meio das entrevistas aos envolvidos que o projeto tinha um desenho de difícil execução, especialmente por seu caráter multissetorial e das exigências colocadas para as equipes de trabalho quanto a adequação às normas próprias do Banco (como processos licitatórios, por exemplo). E, também, pela pulverização dos recursos em pequenos investimentos setoriais. Os documentos disponíveis no site do governo do estado sobre a implantação da PP não apresentam avaliações ou resultados já alcançados.

Na tabela IV organizamos uma síntese com as características das PP mapeadas e as interpretações quanto à direção, mecanismo e instrumentos do processo de internacionalização.

Tabela IV - Quadro Informativo das Políticas Públicas Mapeadas no Nordeste

Estado	Nome da Política	Sector/ Data/Acordo	Presença de OI	Direção/ Mecanismo/ Instrumento
Pernambuco	Modelo de Policiamento Japonês - Koban	Segurança Patrimonial/ 2018/ Cooperação Técnica JICA – Secretaria Nacional de Segurança Pública.		Importação/ Difusão/ Aprendizado Local e Emulação

Paraíba	Projeto Algodão Paraíba	Produção Agrícola/ 2015/ Cooperação Sul-Sul.	- FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - OIT (Organização Internacional do Trabalho)	Exportação / Difusão/ Emulação
Ceará	Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar) e modelo de esgoto condominial	Saneamento /2013 (oficializada em 2016)/ Cooperação Trilateral Brasil, Etiópia, UNICEF.	-Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	Exportação/ Transferência/ Emulação
Bahia	Projeto Neojibá	Cultura, Educação e Desenvolvimento sociais/ 2007/ Cooperação Técnica Estado da Bahia - Fesnojiv.	- PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas)	Importação/ Transferência/ Emulação
Rio Grande do Norte	Governo Cidadão	Desenvolvimento Sustentável/ 2013 (Aprovação do Manual Operativo pelo BM)/Empréstimo BM–RN.	- Banco Mundial	Importação/ Transferência/ Adaptação e Aprendizado Local

Fonte: Elaboração própria

As políticas apresentadas demonstram o esforço dos estados do nordeste em aumentar sua inserção internacional e buscar alternativas em outros contextos aos seus desafios. As lentes conceituais da paradiplomacia e o debate da cooperação internacional para o desenvolvimento, presentes no campo das RI, tem grande potencial para contribuir com a interpretação das intersecções entre o internacional e o doméstico na produção de PP e os impactos e potencialidades desse movimento.

Considerações Finais

A integração da pesquisa e da extensão por meio da estratégia de oferecimento do curso de Políticas Públicas e Difusão Internacional se mostrou um experimento rico para a produção coletiva. Contudo, a intensidade dos trabalhos da equipe de coordenação, muito concentrada no período de execução do curso, foi um desafio e precisa ser melhor redimensionada. Além disso, novas ferramentas para sistematizar e maximizar as contribuições dos participantes devem ser elaboradas em uma nova experiência.

A pesquisa resultante do trabalho no curso, nos permitiu algumas conclusões. O levantamento apontou que, apesar do crescimento, o campo na pesquisa brasileira continua incipiente, a existência de lacunas no diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e no aprofundamento das análises. Evidenciou, ainda, a necessária articulação interdisciplinar para a compreensão da intersecção entre cooperação, desenvolvimento, políticas públicas e cenário internacional.

A inserção, mesmo que tímida, da área das RI parece apontar para o enfrentamento do nacionalismo metodológico. Ainda mais quando percebido que a atenção de outras áreas também tem se voltado sobre influências internacionais como variáveis importantes dos processos domésticos.

O mapeamento organizado com a técnica bola de neve se mostrou adequado e permitiu identificar experiências relevantes dos estados do nordeste. Os casos apresentados, nos mostram o potencial da região na internacionalização de políticas públicas. Cabe, contudo, refletir como essas políticas impactam a região e constroem vínculos entre o doméstico e o global através da atuação internacional dos entes subnacionais.

VI. Referências

- ABC. UNICEF - Projeto Fortalecimento dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgoto da Etiópia. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação - Ministério das Relações Exteriores, 2018. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/880http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/880>>. Acesso em 15 jul. 2021.
- BARIANI, I. C. D.; DIAS, C. G.; MIRANDA, de I.; COLOSSO, M.; ROSA, M. M. Z.; MARCIANO, R.P.; VIVELA, R. R. Orientações para busca bibliográfica on-line. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, n. 2, p. 427-429, 2007.
- CAMPBELL, J. L. **Institutional change and globalization**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.
- COELHO, D. Mecanismos Políticos e Institucionais da Difusão de Políticas Públicas. In Faria, C. A. P. de; COELHO, D.; SILVA, S. J. da. **Difusão de Políticas Públicas**. São Bernardo do Campo: Editora da UFABC, 2016.
- CONSTANTINE, J.; SHANKLAND, A. From Policy Transfer to Mutual Learning. Political Recognition, Power and Process in the Emerging Landscape of International Development Cooperation. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 36, v.1, p. 99-122, 2017
- CORTEZ, H. Hélder Cortez. Entrevista [set. 2021]. Entrevista concedida à Romberg de Sá Gondim. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2021. 1 arquivo mp4 (88 min.). Entrevista concedida ao Observatório Internacionalização Descentralizada em Foco.
- COSTA, B. R. L. Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24649>. Acesso em: 6 de outubro de 2021.

DOBBIN, F.; SIMMONS, B.; GARRETT, G. The global diffusion of public policies: Social construction, coercion, competition, or learning?. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 33, p. 449-472, 2007.

DOLOWITZ, D.; MARSH, D. Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. **Governance**, v. 13, n. 1, pp. 5-24, 2000.

EMPAER-PB. Projeto Algodão Paraíba dá novo impulso à cultura e se projeta internacionalmente. João Pessoa: Empaer-PB, 2019a. Disponível em: <<http://empaer.pb.gov.br/noticias/projeto-algodao-paraiba-da-novo-impulso-a-cultura-e-se-projeta-internacionalmente>>. Acesso em 23 ago. 2021.

EMPAER-PB. Missão da Colômbia, Mali e Moçambique conhece Algodão Paraíba e outras ações. João Pessoa: Empaer-PB, 2019b. Disponível em: <<http://empaer.pb.gov.br/noticias/missao-da-colombia-mali-e-mocambique-conhece-algodao-paraiba-e-outras-acoes>>. Acesso em 30 ago. 2021.

FARIA, C. A. P. de. **Políticas públicas e relações internacionais**. Brasília: Enap, 2018. p 31-45.

FUNASA. PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017. Brasília, Fundação Nacional de Saúde, 2018. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/documents/20182/25005/Relatório+de+Gestão+2017+-+Presidência.pdf/ed1f5339-4ab2-489f-9696-3e024df1c335?version=1.0>>. Acesso em 30 ago. 2021.

FREITAS, M. C. Um metamodelo da economia criativa e seu uso para prospecção de políticas públicas. Bahia: **Análise & Dados**. SEI: Salvador, v.22, n.4. Out./dez. 2012

GILARDI, F.; FÜGLISTER, K. Empirical modeling of policy diffusion in federal states: the dyadic approach. **Swiss Political Science Review**, v. 14, n. 3, p. 413-450, 2008.

GILARDI, F. Four ways we can improve policy diffusion research. **State Politics & Policy Quarterly**, v. 16, n. 1, p. 8-21, 2016.

GOVERNO DA PARAÍBA. Colômbia e Bolívia replicam tecnologia desenvolvida pelo Projeto Algodão Paraíba. João Pessoa: Governo da Paraíba, 2019. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/colombia-e-bolivia-replicam-tecnologia-desenvolvida-pelo-projeto-algodao-paraiba>>. Acesso em 23 ago. 2021.

Governo do Estado de Pernambuco - SISTEMA DE POLICIAMENTO JAPONÊS REDUZ NÚMERO DE ROUBOS EM BOA VIAGEM. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/noticias/10571-sistema-de-policimento-japones-reduz-numero-de-roubos-em-boa-viagem>. Acesso em 19 de agosto de 2021.

GRAHAM, E. R.; SHIPAN, C. R.; VOLDEN, C. The diffusion of policy diffusion research in political science. **British Journal of Political Science**, v. 43, n. 3, p. 673-701, 2013.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; SAGUIN, K. Difusão dos PTCs da América Latina para a Ásia: o caso do programa 4Ps nas Filipinas. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 2, p. 264-284, 2018.

KAUL, I. Global public policy: a policy in the making. In **First International Conference on Public Policy (ICPP) 2013**, Beijing, China, junho 5-7, 2013.

MENEZES, H.; VIEIRA, M. Explaining Brazil as a rising state, 2003–2014: the role of policy diffusion as an international regulatory instrument. **J Int Relat Dev** (2021). <https://doi.org/10.1057/s41268-021-00217-z>

MORAIS, J. F. de. Jefferson Ferreira de Moraes. Entrevista [set. 2021]. Entrevista concedida à Romberg de Sá Gondim. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2021. 1 arquivo mp4 (35 min.). Entrevista concedida ao Observatório Internacionalização Descentralizada em Foco.

- MORGENTHAU, H. **Política Entre as Nações**. São Paulo/Brasília : IMESP/UNB, 2003.
- OBINGER, H.; SCHMITT, C.; STARKE, P. Policy diffusion and policy transfer in comparative welfare state research. **Social Policy & Administration**, v. 47, n. 1, p. 111-129, 2013.
- OIT. Cooperação Sul-Sul: Colômbia, Mali e Moçambique conhecem o algodão sustentável da Paraíba. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_717400/lang--pt/index.htm>. Acesso em 25 ago. 2021.
- PEREIRA, J. M. M. As ideias do poder e o poder das ideias: o Banco Mundial como ator político-intelectual. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 56, 2014.
- PONTES, B. M. L. M. Políticas que se difundem, ideias que se propagam: um estudo sobre os mecanismos de difusão de políticas públicas para o caso do RN Sustentável/Governo Cidadão. 2018. 106f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- PORTO DE OLIVEIRA, O.; SARAIVA, C.; SAKAI, R. **Difusão de políticas e cooperação para o desenvolvimento: elementos norteadores para a implementação de projetos de transferência de políticas públicas por meio da cooperação internacional**. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2020.
- PORTO DE OLIVEIRA, O.; FARIA, C. A. P. de. Transferência, Difusão e Circulação de Políticas Públicas: Tradições Analíticas e o Estado Da Disciplina No Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 12-32, 2017.
- RN SUSTENTÁVEL. Manual Operativo. 2017. Disponível em: <http://www.rnsustentavel.rn.gov.br> Acesso em: 24 setembro 2021.
- ROSE, R. What is lesson-drawing? **Journal of Public Policy**, v. 11, n. 1, p. 3-30, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0143814X00004918>. Acesso em 27 de setembro de 2021.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage learning, 2014.
- SISAR. A gente faz o Ceará melhor. Fortaleza: Sisar, 2021. Disponível em: <http://www.sisar.org.br/institucional/#como-funciona>. Acesso em 25 jul. 2021.
- STONE, D. Global public policy, transnational policy communities, and their networks. **The Policy Studies Journal**, v. 36, n. 1, p. 19-38, 2008.
- UNICEF. Advancing the SDG agenda through South-South Cooperation. Addis Ababa: Unicef, 2018.
- TOWNS, A. Norms and Social Hierarchies: understanding international policy diffusion “from below”, **International Organization** 66: 179–209, 2012.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 06 de outubro de 2021